

Esforço concentrado

A aproximação do final do ano traz sempre, ao cenário político brasileiro, a figura do "esforço concentrado" do Congresso Nacional para a votação de incontáveis matérias de importância que não foram apreciadas durante o decorrer do ano. Isso parece já fazer parte do jogo de barganha entre Executivo e Legislativo. É o momento em que, pela pressão do tempo, são decididas, de afogadilho, questões que necessitariam de mais aprofundada discussão.

Este ano a situação ganha contornos mais dramáticos porque está para ser votado o chamado Emendão, conjunto de iniciativas com as quais o Governo pretende levar à frente uma série de importantes mudanças estruturais. Neste pacote, encontra-se a reforma tributária, que busca maior justiça na cobrança dos impostos. Igualmente importante é a alteração prevista para a distribuição das verbas entre estados e municípios.

Ao apresentar o Emendão, o presidente Fernando Collor de Mello disse que ele era a única saída para o País. Sua recusa levaria a Nação ao caos. Após longas e intrincadas negociações com os partidos de oposição, o Governo reduziu em muito as medidas propostas e enviou o documento ao Congresso, onde se encontra parado há bastante tempo.

Agora, sua apreciação não pode mais ser retardada porque dela dependem a sistemática de cobrança de impostos no ano que vem e a assinatura de uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional. Toda a alteração no que se refere aos impostos deve ser votada no

ano anterior. Assim, se não for votada até o final de dezembro, a reforma tributária só terá efeito em 1993. De outro lado, o FMI está querendo que o Congresso formalize, pelo voto, as medidas que estão sendo dadas — na carta de intenções que está em discussão — como de implantação efetiva em 1992.

No jogo de empurra entre as lideranças partidárias, fala-se que a não-apreciação das reformas seria um protesto contra o presidente Fernando Collor, pelo seu empenho contra a antecipação do plebiscito sobre o regime de governo. Outros lembram, inclusive, que várias matérias de relevo — a nova lei de imprensa, a modernização do sistema portuário, a lei de diretrizes e bases da Educação, por exemplo — também permanecem no Congresso à espera de análise.

De qualquer forma, existe o impasse. Senadores e deputados sabem que qualquer tentativa de retardar as mudanças estruturais de que o País tanto necessita será repudiada pela opinião pública. É inconcebível que interesses menores, partidários ou eleitoreiros, sejam levados em consideração num momento grave como este.

O que os brasileiros exigem é que o Parlamento cumpra o seu papel, discutindo e votando tais propostas. Seja para aprová-las, seja para derrubá-las. O que angustia a todos é a indefinição. Os políticos precisam compreender que a longa convivência com o sofrimento, causado pela estagnação econômica, tornou o homem brasileiro mais cômico dos seus direitos. E dos deveres dos políticos.